

RIBEIRO, Fernanda. A arquivística como disciplina aplicada no campo da ciência da informação. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 1, n. 1, art. 5, p. 59-73, 2011. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pgc/article/view/9887%20>. Acesso em 10 mar. 2018.

A autora traz uma abordagem científica acerca da arquivística como disciplina derivada do campo da Ciência da informação – CI, e para tanto, adentra na perspectiva das mudanças de paradigmas sofridas pela disciplina da arquivística para justificar e fundamentar o seu enredo. Além disso, pontua a informação como maior fenômeno social neste entremeio.

Constata-se que desde os tempos mais remotos os arquivos já eram considerados “lugares de informação”, e quando da sua organização já se denotavam conceitos e princípios que ainda hoje são atribuídos na disciplina, tais como, estrutura orgânica coerente, regras de controle e matriz diplomática eficazes e etc. Destaca-se que apenas com a transição do mundo antigo para a idade média que cristalizou-se o conceito e vulgarização do termo *arquivo*.

Muitos acontecimentos marcaram o desenvolvimento dos arquivos, a exemplo temos os diversos manuais, portadores de uma concepção jurídica e funcional sobre as práticas arquivísticas. Todavia o acontecimento que trouxe mudanças consideráveis e estruturais para o campo da arquivologia foi a Revolução Francesa, onde os efeitos desta proporcionaram mudanças de perspectivas no tocante ao acesso e uso dos arquivos, por exemplo.

Com a revolução, o acesso se torna público tomando por base a premissa de que só se pode justificar a guarda de um acervo mediante seu livre acesso, contudo mediante condições pré-estabelecidas. Outrossim, outro benefício advindo com a revolução fora a criação de um órgão nacional com vistas a ser órgão superintendente de todos os arquivos.

Em 1841 surge um verdadeiro marco para a prática arquivística, em virtude do desordenamento gerado pela acumulação inicialmente, trata-se do princípio do respeito aos fundos, que nos dias atuais tal marco é tratado como “princípio da proveniência”. Posteriormente as mudanças tendem a ser mais recorrentes, como foi no século XIX onde a arquivística emerge como disciplina, desassociando-se da história antes tida como auxiliar desta. Outros acontecimentos geraram transformações significativas para a arquivística, tais como, a edição do “Manual Holandês”, onde visualizamos a oficialização das práticas em arquivo e de princípios norteadores para tal.

Nesta evolução, e com o início da era pós-custodial começa-se a ser definida a inserção da Arquivística dentro do campo da CI. Abandona-se um paradigma custodial, patrimonialista, historicista e tecnicista, onde se havia uma sobrevalorização da custódia para interesses políticos e como forma de se manter a memória como fonte legitimadora do Estado-nação, bem como, não se

* Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, Brasil. MBA em Gestão Empresarial e Logística pela Faculdade Estratégico. Graduado em Direito pela Faculdade de Ensino Superior da Paraíba, Brasil.

havia um viés social nesta época, ou seja, a população não possuía livre acesso, outrossim, não havia reconhecimento de independência do profissional de arquivo vez que o mesmo era associado a paleógrafo, auxiliar do historiador.

Com isso, adentra-se em um paradigma informacional, científico e pós-custodial, o que podemos chamar de “revolucionário” onde os efeitos de seu surgimento irão refletir na área profissional, científica e acadêmica da arquivística. Parte-se agora para um perfil de profissional independente, de um verdadeiro profissional da informação, e esta não mais tratada apenas como mecanismo de prova ou de construção de memória, mas também como verdadeiro fenômeno humano e social. Tal paradigma não preconiza a custódia, mas sim o acesso público, com a premissa de que para se justificar e legitimar a custódia presume-se a o acesso público. Além disso, em razão das novas tecnologias da informação e comunicação se faz necessário rever as práticas e técnicas do ramo com vistas a se adaptar as novas mudanças.

É na ambiência deste novo paradigma que a CI começa a ganhar contornos como campo científico e disciplina, sendo fruto da evolução de disciplinas antecessoras, como: biblioteconomia, museologia, arquivística e documentação em uma relação de transdisciplinaridade, cujo objeto de estudo passa a ser a informação. E no tocante ao processo metodológico da CI constata-se como mais pertinente o método quadripolar (Pólo epistemológico, Pólo teórico, Pólo morfológico e Pólo técnico) desenvolvido por Paul de Bruyne e outros autores (DE BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1974) por não se restringir a uma visão meramente instrumental da área, e se tem o “método” como um conjunto completo de etapas ao processo de investigação. Ganha importância particular o pólo teórico pelo fato de abarcar a componente técnica e instrumental viabilizando melhor a construção dos resultados que se consubstanciam no pólo morfológico.

Frente a isso, extrai-se que a Arquivística ganha caráter de componente aplicada no campo da Ciência da Informação, com o fito de se estudar os arquivos – sistemas de informação – tanto em sua estruturação interna e em sua dinâmica específica, como na sua relação com outros sistemas correlacionais dentro do seu contexto envolvente. Para a autora, embora o paradigma custodial ainda seja incidente, a revolução digital e as novas concepções paulatinamente vão impondo-se a promover por completo a transição paradigmática.